

Miséria cai no Brasil

Correio Braziliense - 22/09/2006

Marcelo Tokarski
Da equipe do Correio

A menos de 10 dias do 1º turno das eleições, a economia dará uma boa notícia ao governo Lula. Estudo a ser divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) vai mostrar que nos três primeiros anos da gestão petista a redução de miséria foi maior do que a provocada pelo Plano Real, em meados da década de 90. De acordo com o professor Marcelo Neri, autor do levantamento, após quase 10 anos de estabilidade, a taxa de miséria no país voltou a cair no ano passado, tendo atingido 22,7% da população — índice que estava em 35,3% em 1993.

Com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira, o estudo Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real mostra que, no período 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha de miséria caiu de 35,3% para 28,8%, uma redução de 18,4%. Quase uma década depois, em 2003 o percentual se mantinha quase no mesmo patamar: 28,2%. O índice voltou então a cair, tendo chegado no ano passado a inéditos 22,7%, um recuo de 19,5% nos três primeiros anos do governo Lula e o menos patamar desde 1992, quando a Pnad começou a ser feita.

Marcelo Neri explica que, no auge do Plano Real, a redução da miséria se deu em virtude da estabilidade da moeda, que aumentou o poder de compra da população. Já no período mais recente, destaca o economista, a melhora do indicador se deve a um crescimento generalizado na renda, que favoreceu ainda mais os pobres. “Além dos ganhos de renda e do crescimento do emprego formal, que é de melhor qualidade, as camadas mais pobres da população foram beneficiadas pelos aumentos do salário mínimo e pelos programas assistenciais, como o Bolsa Família”, afirma.

No ano passado, o Bolsa Família beneficiou quase 9 milhões de famílias pobres, a maioria delas sem renda do trabalho. Além disso, o salário mínimo vem tendo aumentos acima da inflação. Em 2003, o reajuste foi de 20%, mas devido à inflação alta o ganho real foi de apenas 0,17%. No ano seguinte, no entanto, o aumento nominal de 8,33% resultou em um ganho real de 2,14%. Em 2005, o reajuste concedido pelo governo foi de 15,38%, com aumento real de 7,87%. Marcelo Neri ressalta que, em 2006, o impacto poderá ser ainda maior, pois o reajuste nominal do mínimo chegou a 16,67%, com estimativa de um ganho real superior a 13%.

Leia mais:

- [Índice insuficiente](#)
- [Renda cresce em agosto](#)

[Voltar](#)

[Versão para Imprimir](#)



Resenha Eletrônica do Ministério da Fazenda - MF
Elaborada pela Assessoria de Comunicação Social - GMF
Coordenação de Divulgação em Mídia Digital - CODIG
Telefones: 412-2551/2553